

Paulo Baqueiro Brandão

Licenciado e Mestre em Geografia pela UFBA,

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE.

Professor Assistente II do Curso de Geografia do ICADS/UFBA (Campus de Barreiras)

paulobaq@ufba.br

Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos

Resumo

Na atualidade, há inúmeras pesquisas e publicações de cunho geográfico que tratam de comparar metrópoles, cidades médias, zonas agrícolas ou unidades de conservação, por exemplo. Em muitos dos casos, porém, essas produções intelectuais não são precedidas de uma exaustiva discussão metodológica, de tal modo que as comparações são feitas a partir da escolha pura e simples de dois ou mais entes geográficos similares. Assim, este escrito possui o propósito de debater alguns temas relativos ao emprego do método comparativo na Geografia. Para tanto, serão postos em relevo três aspectos principais para discussão, quais sejam: (a) um tratamento conceitual relativo à abordagem metodológica em tela, (b) uma revisão historiográfica que busca estabelecer, na história do pensamento geográfico, os momentos nos quais a perspectiva comparativa foi alvo de preocupação entre os autores da ciência, e, por fim, (c) uma análise exploratória da pertinência do uso da abordagem comparativa pelo geógrafo contemporâneo, em virtude da complexidade relativa à constituição do meio técnico-científico-informacional nos lugares. Assim, a necessidade de compreender a relação entre a produção de espaços da semelhança, resultantes das lógicas globalmente constituídas, e de espaços da diferença, advindos da resistência dos lugares em manter as características que os singularizam, permite afirmar, enfim, que o método comparativo pode jogar um papel fundamental nos estudos geográficos.

Palavras-chaves: Estudos geográficos, Metodologia de pesquisa, Método comparativo, História da Geografia, Contemporaneidade.

Abstract

OLD APPLICATIONS AND NEW POSSIBILITIES FOR THE USE OF COMPARATIVE METHOD ON GEOGRAPHICAL STUDIES

At present, there is extensive geographical research and publication focusing on the comparison among metropolises, mid-size cities, agricultural zones, and conservation units. In many cases, however, that intellectual output is not preceded by any in-depth methodological discussion, in such way that comparisons are simply made between two or more similar geographical areas. Thus, this paper aims at discussing a few themes concerning the application of the comparative method in Geography. To that end, there will be three main discussion points: (a) a conceptual framework concerning the methodological approach herein, (b) a historiographical review that seeks to establish, in the history of geographical thought, the moments in which the comparative perspective was a concern among science writers; and, at last, (c) an exploratory analysis about the adequacy of using the comparative approach in contemporary geography, taking into consideration the relative complexity of building local technical scientific informational databases. Therefore, the need to understand the relation between the creation of similarity spaces, which are generated within a global logic, and spaces of difference, which result from a local effort to preserve unique characteristics, suggests that the comparative method may play a key role in geographical studies.

Key-words: Geographical Studies, Research Methodology, The Comparative Method, The History of Geography, The Contemporary Age.

1. Introdução

O procedimento da comparação é, desde a Antiguidade, um dos mais requisitados recursos de investigação. Pensadores clássicos, como Aristóteles e Heródoto, entre outros, empregaram esta opção analítica como um dos modos pelos quais se buscava compreender o funcionamento da Sociedade e da Natureza. Da mesma maneira, no transcorrer do desenvolvimento histórico das ciências, outros grandes pensadores, como Karl Marx, Adam Smith, Émile Durkheim e Max Weber, por exemplo, lançaram mão, em maior ou menor medida, da abordagem comparativa.

Nos tempos contemporâneos, a busca por similaridades e diferenças entre os elementos de estudo que lhes caracterizam é extremamente comum em praticamente todos os campos do conhecimento. Assim, tanto nos postulados da Física, Química ou Biologia, quanto nas Ciências Sociais, História e Geografia, por exemplo, a perspectiva comparada de análise se faz presente.

Embora seja absolutamente comum o uso da análise comparada em estudos geográficos, esta não parece ser uma preocupação metodológica das mais proeminentes entre os geógrafos contemporâneos. Assim, se é verdade que atualmente há muitos grupos de profissionais atuando em rede e cujos estudos buscam compreender os aspectos geográficos de um dado fenômeno ou processo em distintos lugares, o mesmo não se pode dizer em relação ao conteúdo metodológico da investigação geográfica que abraça a perspectiva comparada de análise.

De fato, há inúmeras pesquisas e publicações de cunho geográfico que tratam de comparar metrópoles, cidades médias, zonas agrícolas, bacias hidrográficas ou unidades de conservação, por exemplo. Em muitos dos casos, porém, essas produções intelectuais não são precedidas de uma exaustiva discussão metodológica, de tal modo que as comparações são feitas a partir da escolha pura e simples de dois ou mais entes geográficos similares.

Assim, este escrito assume o propósito de debater alguns aspectos relativos ao emprego do método comparativo na Geografia. Para tanto, serão postos em relevo três temas principais para discussão, quais sejam: (a) um tratamento conceitual relativo à abordagem metodológica em tela, (b) uma revisão historiográfica que busca estabelecer, na história do pensamento geográfico, os momentos nos quais a perspectiva comparativa foi alvo de preocupações entre os autores da ciência, e, por fim, (c) uma análise exploratória da pertinência do uso da abordagem comparativa na Geografia contemporânea.

2. Em que consiste o método comparativo

Diversos especialistas na análise dos fundamentos da metodologia científica dão conta da importância da utilização do método comparativo em todos os campos do conhecimento humano (ANDRADE, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2007; CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; GIL, 2009, entre outros).

De modo enfático, alguns desses autores – em especial M. Andrade, M. Marconi e E. Lakatos – revelam a necessidade de dimensionar a compa-

ração como um método de procedimento, distinguindo-o dos métodos de abordagem. Em outras palavras, o ato de comparar é uma etapa concreta da investigação, um dos caminhos possíveis para se chegar à inteligibilidade daquilo que se quer elucidar, sendo um apoio metodológico circunscrito a uma dada fundamentação filosófica. Esta última, como se sabe, pode ser de caráter indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, fenomenológico ou dialético.

Assim, através de um esforço de adequação às premissas dessas diferentes linhagens filosófico-científicas, a análise comparativa pode ser adotada como procedimento metodológico em qualquer das áreas de conhecimento.

Do ponto de vista conceitual, dois aspectos principais fornecem os elementos para a compreensão de tal procedimento de análise: similitude e diferença. Nas palavras de Cerro, Bervian e Silva (2007, p. 32), “a comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares”.

Para Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 228), o interesse dos estudos comparativos “reside na ultrapassagem da unicidade e na evidenciação de regularidades ou de constantes entre várias organizações cujas semelhanças e dessemelhanças são analisadas”. Neste sentido, fica claro que fazem parte dos objetivos investigativos deste procedimento metodológico a busca por generalizações ou, em sentido inverso, a ênfase pelas particularidades.

Ainda sobre este aspecto da proposição metodológica aqui abordada, Grosser (1973), ao tratar dos objetivos de investigação, afirma que o método comparativo tem a finalidade de tornar compreensíveis coisas desconhecidas a partir de coisas conhecidas mediante a analogia, a similaridade ou o contraste; identificar novos descobrimentos ou ressaltar o peculiar; e sistematizar, enfatizando a diferença.

Neste sentido, torna-se fácil inferir que o mais proeminente debate entre os autores que discorrem sobre a análise comparativa diz respeito à importância atribuída aos elementos similitude e diferença no fazer científico. Assim, os estudiosos que empregam a abordagem comparativa se distinguem por defenderem (a) a busca pelas semelhanças, (b) o realce

das diferenças e, por fim, (c) a não aceitação das pré-determinações verificadas nos itens anteriores.

Em meio aos estudiosos que advogam a ideia segundo a qual o referido método deva priorizar o exame das semelhanças entre os elementos sob comparação, destaca-se o historiador Marc Bloch. Segundo Targa (1991, p. 267), “a analogia, a semelhança, é o que nos aparece como principal e inicial passo metodológico na proposição da análise comparativa de Bloch”.

De fato, o próprio historiador francês, em obra originalmente escrita em 1928, revelava sua predileção pela análise das semelhanças, apontando ser esta opção metodológica, inclusive, um ato político, posto que apelasse, por meio de seu trabalho, pela reconciliação dos povos europeus através da História (BLOCH, 1983). Tal escolha privilegiou a análise das regularidades dos fatos históricos da Europa, em uma tentativa de aproximar, assim, os povos daquele continente.

Por outro lado, há aqueles que enxergam o método comparativo como um procedimento empregado na busca pelas diferenças entre fenômenos analisados. Este é o caso, por exemplo, de Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 32), pois, segundo eles, “da comparação importa abstrair as semelhanças e destacar as diferenças”. Por seu turno, Sartori (1994) afirma que, quanto à finalidade da aplicação deste procedimento, o ato de comparar tem o propósito primeiro de expor as diferenças recíprocas.

Por fim, há um terceiro grupo que compreende que, na análise comparativa, o transcorrer do estudo é que aponta se entre os entes analisados sobressaem diferenças ou semelhanças, não havendo uma preocupação prévia em estabelecer uma prioridade na busca desta ou daquela condição comparativa.

Na síntese de Hopkin (2002, p. 254) relativa aos problemas metodológicos da Ciência Política, “(...) *the world is unlikely to provide political scientists with sets of cases which are the same in all respects except those we wish to study, or different in all respects except those we wish to study*”, sugerindo que o conteúdo social e a natureza do problema apresentados nos lugares sob investigação é que determinam que condução o trabalho científico de caráter comparativo deve tomar.

3. A comparação na Geografia: uma revisão historiográfica

A realização de análises comparadas na Geografia tem nos responsáveis pela sistematização da ciência e naqueles estudiosos ligados ao pensamento tradicional os seus primeiros articuladores. Segundo Ackerman (1976), a comparação espacial é um elemento central do estudo geográfico desde o seu princípio como ciência.

Para Clozier (1972, p. 126), tomando por empréstimo as concepções de Emmanuel de Martonne, a comparação permite reagrupar os fatos que as ciências afins da Geografia “dissociaram para os poderem estudar em si mesmos” ou, por outro lado, pode ser empregada como subsídio à generalização de fatos geográficos.

Sem romper com postulados tradicionais da ciência, R. Clozier apresenta exemplos para o emprego do método comparativo tanto em estudos de Geografia Física quanto em investigações que envolvam elementos atinentes à Geografia Humana, alertando sempre para possíveis armadilhas que um estudo superficial pode gerar.

Assim, enfatizando a primazia da paisagem como objeto de análise, o autor afirma que, ao optar pela comparação,

(...) a atitude do geógrafo deve ser sempre esta: manter a realidade concreta que as paisagens apresentam sobre o controlo do conhecimento dos factores determinantes; toda a forma de terreno, para ser bem interpretada, precisa de ser compreendida; toda a analogia, para ser devidamente verificada, precisa de ser submetida à razão (*op. cit.*, p. 128).

As experiências iniciais que resultaram no processo de sistematização da Geografia ocorreram na Alemanha do século XIX pelas mãos de Alexander von Humboldt e Karl Ritter. Muitas das propostas encaminhadas por estes teóricos fundadores da ciência tiveram nos estudos comparados um amparo metodológico fundamental.

Como era próprio do tempo em que viveram, para os fundadores da Geografia a Natureza era vista como um todo, mas sua compreensão plena só seria possível a partir da sua divisão para fins de análise. Cada parte seria relacionada com outra para, enfim, se poder determinar as características comuns e as singularidades que lhes eram inerentes.

Deste modo, com graus distintos de apuro teórico-metodológico, ambos lançaram mão de estudos comparados. Porém, cabe ao ilustre pensador Karl Ritter o mérito de ter sido o primeiro a propor, de modo explícito e sistemático, um engajamento metodológico que permitisse a realização de pesquisas geográficas comparadas. Segundo Mehedinti (1901, p. 1):

Vers le commencement du XIX^e siècle, la géographie, en suivant le courant de la grande réforme scientifique inaugurée déjà à la fin du siècle précédent, devint, elle aussi, une science comparée. C'est Karl Ritter qui lui donna pour la première fois ce titre.

De fato, grande parte do debate metodológico impetrado por Ritter ao longo da sua carreira foi dedicado ao desenvolvimento da chamada *Geografia Comparada*, termo que, inclusive, intitula sua principal obra, cujo primeiro volume é datado de 1817. Como afirmado por Moraes (2002, p. 147), nesta obra “estão contidas suas formulações essenciais, a explicitação prática de sua proposta metodológica, a exemplificação de suas colocações normativas”.

O viés metodológico proposto por Ritter para a Geografia parte de uma visão antropocêntrica e de base regional, buscando, daí, estabelecer uma relação lógica entre o todo e as partes. Deste modo, segundo esta proposição, caberia à ciência geográfica analisar arranjos individuais e compará-los, explicitando as partes através do todo e vice-versa, trilhando um caminho ao mesmo tempo indutivo e dedutivo.

Alguns dos discípulos de Ritter estimularam debates sobre os postulados do mestre. Vale a pena ressaltar, pois, o interesse de Élisée Reclus, bem como a crítica feita por Oskar Peschel, ambos tomando como base a obra ritteriana dedicada ao emprego do método comparativo na Geografia.

Em finais do século XIX, Reclus ocupou a cadeira de Geografia Comparada na Universidade Livre de Bruxelas, onde fomentou intensos debates sobre as proposições de Karl Ritter, tendo publicado, inclusive, um ensaio contendo sua aula inaugural no referido curso (RECLUS, 2010).

Na concepção de E. Reclus, a comparação é um procedimento que se aplica no âmbito da Geografia desde tempos imemoriais, antes mesmo de sua concepção científica existir. Para o geógrafo francês, a capacidade de perceber as diferenças entre aspectos físico-ambientais e culturais das

distintas parcelas da superfície terrestre era um atributo essencial no desenvolvimento da noção de região pelos homens desde a Antiguidade.

Em oposição ao posicionamento do ilustre geógrafo anarquista, Oskar Peschel, considerado um dos principais geógrafos germânicos da geração seguinte à dos fundadores da Geografia Moderna, publicou, em 1870, a obra *Neue Probleme der vergleichender Erdkunde als Versuch einer Morphologie der Erdoberfläche*, na qual tece fortes críticas às proposições de Ritter – de quem fora aluno – contidas em *Geografia Comparada*. Para Peschel, o seu mestre empregara o método comparativo apenas quando realizou o estudo dos continentes europeu e africano.

Apesar da enorme dedicação de Ritter ao desenvolvimento de um escopo metodológico de caráter geográfico que tivesse na comparação um de seus principais fundamentos, foi com Paul Vidal de La Blache, por meio da clássica obra *Le principe de la Géographie Générale*, publicada originalmente em 1895, que a analogia veio a se tornar um dos princípios desta ciência (LA BLACHE, 2001).

Desde os tempos em que a ciência geográfica era tomada por uma maioria como o estudo do “resultado da ação humana na paisagem” (MORAES, 2005, p. 80) e da busca pela explicação da diversidade dos chamados gêneros de vida, fundamentos vinculados ao pensamento de Paul Vidal de La Blache e do próprio Possibilismo, a ideia de elaborar estudos baseados na comparação de lugares adquiriu um caráter mais sistematizado.

Ainda segundo Moraes (*op. cit.*, p. 84), o receituário metodológico desenvolvido pelo ilustre geógrafo francês continha um encaminhamento para a “comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida” constituindo o escopo essencial para se chegar a uma tipologia da paisagem de base positivista. Desse modo, ainda que quisesse extrair as relações particulares entre homem e natureza ou, nas palavras de Santos (2002b, p. 55), a “personalidade regional” do espaço através da noção de gênero de vida, La Blache o fazia por meio, também, de comparações.

Tempos mais tarde, entre os discípulos desse geógrafo fundador, a realização de estudos comparados de caráter regional se ampliou ao ponto de gerar a especialização temática que até hoje se vê na Geografia. Foi

através da síntese comparativa de elementos inventariados de diversos lugares no campo da análise regional que se chegou, pois, à Geografia da População, à Geografia Econômica, à Geografia Agrária, entre outros campos disciplinares da ciência geográfica.

Se, sob o espectro lablacheano, a comparação de espaços surgia como um dos métodos de análise mais populares entre os geógrafos, na proposta desenvolvida por Richard Hartshorne, tal procedimento era uma condição. Seguidor de Alfred Hettner, para quem a Geografia seria a ciência incumbida de estudar as diferenciações de áreas, o geógrafo norte-americano foi responsável pela formulação de um considerável esforço de análise epistemológica, notadamente no campo metodológico.

A partir do final da década de 1930, Hartshorne publicou suas proposições acerca da natureza e dos propósitos da ciência geográfica e, entre outras formulações, sugeriu a adoção de dois procedimentos de análise, denominados Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética.

Ambos os procedimentos analíticos estavam consubstanciados por uma dupla base formada pelos conceitos de “área” e “integração”. O primeiro diz respeito a uma entidade espacial constituída pelo pesquisador a partir da análise cada vez mais aprofundada da interrelação dos fenômenos ali existentes, revelando o caráter único que lhe seria próprio. Por sua vez, a busca por esta interrelação referida anteriormente daria sentido ao segundo conceito acima aventado.

Segundo Hartshorne (1978, p. 34), aí estaria o propósito da ciência geográfica, pois, para este autor norte-americano, “na Geografia (...) o interesse é focalizado desde o início nas integrações dos diversos fenômenos, as quais, em virtude de sua existência, determinam o caráter variável das áreas”. Assim, caberia à Geografia Idiográfica buscar a singularidade de cada área a partir da análise integrada dos diversos fenômenos que a constituem.

A Geografia Nomotética, por sua vez, traria consigo a possibilidade da comparação de distintas áreas. Para tanto, o pesquisador deveria reproduzir em diversos lugares uma integração realizada. De acordo com Hartshorne (*op. cit.*, 34-35):

Ao concentrar-se numa categoria de aspectos de cada vez, observará as variáveis manifestações dessa categoria particular, em relação às de outras categorias com as quais as variações forem mais intimamente relacionadas. Através desse método poderá estabelecer a existência de sistemas e configurações espaciais de categorias particulares (...). Mediante a comparação de tais configurações espaciais de diferentes categorias, induzirá hipóteses de relações de processos entre os diferentes fenômenos.

Ao comparar as integrações em distintas áreas, seria possível atingir um “padrão de variação” do fenômeno que se quis analisar. Em se tratando de uma mesma temática, tais integrações permitiriam, enfim, as comparações que, por sua vez, dariam um caráter genérico ao estudo geográfico (MORAES, 2005).

Pertence a Schaefer (1988), um dos precursores da *New Geography*, a mais contundente crítica ao emprego do método comparativo na Geografia, ao menos no transcurso da primeira metade do século XX. Em franca oposição aos postulados do seu colega R. Hartshorne, o geógrafo alemão afirmava que, na verdade, não é possível sequer admitir a existência de tal método, posto que,

(...) el enfoque comparativo no es una tercera tendencia, además del enfoque descriptivo y el sistemático. Mucho de lo que se cubre bajo el nombre de geografía comparativa es realmente geografía sistemática aunque con bastante frecuencia, de un tipo más bien rudimentario. Otros trabajos que se denominan comparativos, són, más o menos, ingenuas descripciones regionales (SCHAEFER, *op. cit.*, p. 76).

O debate sobre a aplicação do método comparativo na Nova Geografia é extremamente complexo. Como se viu, Schaefer, considerado um dos pioneiros da corrente geográfica de base neopositivista, repeliu fortemente o pensamento de Hartshorne, e, entre outras críticas, contradisse a proposta do autor norte-americano no tocante à chamada Geografia Nomotética.

Por outro lado, Bezzi (2004, p. 115) menciona que, para o próprio Schaefer, “a Geografia é responsável pela elaboração das leis sobre localização, e essas podem e devem ser usadas para diferenciar as porções distintas da superfície terrestre, ou seja, as regiões” [grifo nosso].

Segundo Santos (2002b, p. 63):

A chamada Nova Geografia se manifestou sobretudo através da quantificação. Mas ela utilizou igualmente como instrumentos os modelos, a teoria dos sistemas

(ecossistemas incluídos), a tese da difusão de inovações, as noções de percepção e de comportamento e, da mesma maneira, as múltiplas formas de valorização do empírico e do ideológico.

O emprego dos instrumentos acima citados foi de fundamental importância, portanto, para o desenvolvimento da chamada Nova Geografia. Mas, além disso, ainda que com níveis distintos de aplicação, acabaram por contribuir para certa valorização da comparação como procedimento metodológico.

Em dois momentos distintos, M. Santos (*op. cit.*, pp. 69 e 72), tomando por empréstimo afirmações de geógrafos filiados ao neopositivismo, dá pistas sobre a relação entre o procedimento da comparação e a opção quantitativista na Geografia. No primeiro caso, ao abordar o emprego da análise fatorial no estudo de cidades inglesas, Michael McNulty afirma que o objetivo era coletar e classificar os dados levantados, “indicando as semelhanças e os contrastes para, em seguida, classificar as cidades sob o critério de suas características sociais, econômicas e demográficas”. No exemplo seguinte, D. Timms observa que, “na falta de medida e de exposição precisa e objetiva, uma comparação e uma abstração precisas tornam-se impossíveis”.

Há pouco mais de três décadas, Commerçon e Commerçon (1978) publicaram um artigo, intitulado *Une méthode de comparaison à l'usage des géographes: l'analyse factorielle des correspondances*, no qual se desenvolve uma proposta baseada na aplicação da análise fatorial ao procedimento comparativo.

Mais recentemente, outro artigo, publicado por Getis e Graffith (2002) sob o título *Comparative spatial filtering in regression analysis*, revela a persistência de posturas quantitativistas nos estudos geográficos que se propõem a estabelecer uma abordagem comparativa de investigação, mesmo em um contexto que já não se mostra tão propício à chamada Nova Geografia.

A construção de modelos e sistemas, por sua vez, se dá através da escolha apriorística de variáveis passíveis de mensuração, o que permite estabelecer generalizações que são confrontadas com a realidade por meio do emprego, em diversos casos, de um instrumental comparativo. Segundo Christofletti (1985, p. 91), “as mensurações sempre são realizadas em

casos particulares, que apresentam variações em virtude da quantidade de matéria e energia que fluem pelo sistema”. Assim, como sugere o próprio autor, “o estudo de sistemas espaciais determinados passa a ter a função de ser teste para verificar a viabilidade dos modelos propostos para as organizações espaciais”.

Se a perspectiva comparativa de análise foi um importante instrumento nos trabalhos realizados sob o manto da Nova Geografia, não é possível afirmar o mesmo, porém, acerca do ímpeto dos geógrafos críticos em refletir sobre este método. Mesmo tendo se desenvolvido no seio da ala mais progressista da Geografia Regional francesa (MORAES, 2005), núcleo no qual a análise comparativa era uma abordagem já amadurecida pela influência ainda presente de Paul Vidal de La Blache, a Geografia Crítica não promoveu debates substanciais acerca do emprego de tal procedimento metodológico.

A rigor, entre os geógrafos mais proeminentes da vertente crítica, são poucos os exemplos significativos de contribuições realizadas com o intuito explícito de debater a aplicação do método comparativo. Dentre as exceções, vale a pena destacar as impressões de Santos (1991), que constam na obra *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*.

Originalmente escrito no início da década de 1970, o livro expressa o fulgor do conturbado momento de crise e renovação da Geografia, notadamente naquilo que se refere à forte oposição que o autor imprime à então prevalência de um pensamento neopositivista na ciência. Naquele ínterim, a comparação era tomada – e não sem razão – como um instrumento a serviço da aliança entre a Geografia e o Estado capitalista, que fora mediada pela corrente quantitativista. Isto explica, em parte, o desinteresse e até a repulsa pelo método comparativo nos inícios da conformação da Geografia Crítica.

Na visão de M. Santos (*op. cit.*, p. 15), como método, a abordagem comparativa “não é suficiente, pois (...) se faz apenas entre as manifestações objetivas de uma multiplicidade de interações de natureza múltipla”. Para o ilustre geógrafo, a perspectiva em pauta é um modismo e, por validar-se apenas a partir da constituição de modelos, não possui valor autônomo.

Por outro lado, na obra *O espaço do cidadão*, originalmente publicada na segunda metade da década de 1980, é possível perceber um arrefecimento tímido da crítica de Milton Santos (2007) ao emprego da comparação nos estudos geográficos, considerando-a como um ponto de partida para a análise das situações que se expressam no espaço.

Por seu turno, Moreira (1999; 2007), ao buscar estabelecer um viés mais ontológico de análise, em seu debate sobre a diferença, aporta algumas questões que se constituem em contributos importantes para a reflexão acerca da comparação como método de análise geográfica.

Para o autor, a diferença é um elemento da própria dialética, posto que relaciona diversidade e unidade a partir do processo de superação da contradição dos opostos. Reside na concepção mais popular desta corrente filosófica, porém, uma prevalência da unidade sobre a diversidade, o que leva ao risco de supressão da noção de diferença no pensamento dialético.

Isto, aliado à própria carência de conhecimento sobre o que significa a diferença, torna insípidas as tentativas de “reatar a dialética das significações múltiplas (...) do homogêneo que também é heterogêneo” (*op. cit.*, 1999, p. 55), impedindo, assim, a reafirmação do chamado espaço-diferença.

Ao tomar como princípio a noção de que a análise da diferença diz respeito ao ato de lançar perguntas sobre “isto” em contraposição ao que é “aquilo”, torna-se fácil inferir que é imperativa a tarefa de comparar.

Mesmo diante das controvérsias apontadas, não é possível afirmar que os estudos comparativos tenham sido abolidos pelos geógrafos críticos. Como afirmado alhures, são muitos os trabalhos geográficos realizados atualmente com base em uma perspectiva comparativa de análise. Na verdade, a Geografia Crítica carece de um profundo debate que busque gerar uma aproximação profícua entre o procedimento metodológico em foco e a base dialética que sustenta a produção intelectual desta corrente de pensamento.

4. A comparação na geografia atual: pistas para um debate

Com o advento da globalização e a consequente constituição verticalmente estabelecida do meio técnico-científico-informacional naqueles

espaços selecionados com a finalidade da reprodução do capital, surge uma ordem global “que busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade” (SANTOS, 2002a, p. 338). Mas isto não ocorre sem conflito, já que, no lugar, a racionalidade que lhe é própria contrapõe os desígnios forjados pelos agentes hegemônicos, que, por sua vez, se configuram como uma tentativa de unificar a tudo e a todos.

Como consequência disto, quando agentes hegemônicos implantam uma atividade econômica em um lugar e os resultados são favoráveis, é possível perceber que tal fórmula de sucesso tende a ser replicada de forma ostensiva em outros lugares. Por outro lado, graças às singularidades culturais desses mesmos lugares, há que se adaptar tais fórmulas às realidades locais.

Soma-se a isto o fato de, a partir dos anos finais da década de 1970, o paradigma do neoliberalismo ter se tornado uma realidade, com reflexos em todos os campos da política e da economia. Deste modo, sob efeito da competição entre territórios (HARVEY, 2005) ou, dito de outra forma, da guerra dos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2001), formou-se um clima de fervoroso embate pela atração de capitais vindos do setor industrial, mas principalmente do setor financeiro, comercial e de serviços.

O Estado, pela parte que lhe cabe neste processo, passou a exercer o papel de promotor das facilidades normativas e financeiras, arcando, inclusive, com os custos de implantação de infraestrutura e formação de mão-de-obra, que tem o objetivo de criar um clima seguro para os investimentos do setor. Esta dita segurança é buscada, por sua vez, através da tentativa de reproduzir experiências já experimentadas e que tenham apresentado a dadivosa equação do risco mínimo aos investimentos e maximização dos lucros.

Não é por outro motivo, por exemplo, que o modelo de turistificação do espaço litorâneo empreendido em Cancún, no México, seja exaustivamente replicado em outras tantas praias da América Latina, ou que o fenômeno da gentrificação – apesar do termo, que o identifica à realidade anglo-saxônica – já tenha alcançado várias metrópoles do mundo subdesenvolvido.

Contudo, há que se considerar que a tentativa de transplantar experiências econômicas de sucesso nos mais diversos lugares pode não ser

tão proveitosa, caso as singularidades de cada parcela do espaço sejam desconsideradas. Assim, as fórmulas globalmente constituídas ganham uma feição local, seja como estratégia de *marketing* ou como forma de amenizar possíveis descontentamentos de grupos pré-estabelecidos.

Deste modo, na fase atual do Capitalismo, a relação dialética entre a formação econômico-social e a formação espacial resulta principalmente de uma tensão entre uma ordem global, homogeneizante, verticalmente constituída e, portanto, tendente a produzir semelhança, uniformidade, e uma ordem local, marcada pela heterogeneidade, pelas horizontalidades, o que, por sua vez, tende a fomentar diferença e diversidade. Segundo Moreira (2007, p. 86):

(...) no período moderno, a diversidade se mantém aos trancos e barrancos, em face da uniformidade da técnica e da lógica do mercado, que invadem os espaços e ameaçam a diversidade dos grupos humanos e das formas de ocupação.

Nos dias atuais, enfim, a comparação se impõe como uma substancial contribuição para aqueles que buscam compreender as formas de articulação, nos diferentes espaços alcançados pelo Capitalismo, dos agentes hegemônicos da economia e, por outra parte, das respostas que estes recebem das populações que vivem nos lugares onde as corporações atribuem valor.

Neste sentido, os estudos geográficos comparados servem, sobretudo, à tentativa de elucidar aspectos relativos à dialética das experiências induzidas ou diretamente capitaneadas por esses agentes hegemônicos em suas tentativas de promover a homogeneização dentro de heterogeneidades espaciais, bem como à análise dos posicionamentos opostos, resultantes, por sua vez, da ação de agentes locais.

5. Considerações finais

As décadas de afirmação da Geografia como ciência moderna, bem como a fase de consolidação da escola geográfica norte-americana do Meio-Oeste foram os períodos dos mais férteis debates sobre a utilização

do método comparativo na Geografia. Assim, através principalmente das contribuições de Karl Ritter, Paul Vidal de La Blache e Richard Hartshorne, a abordagem comparativa teve seus mais significativos impulsos como subsídio à pesquisa geográfica.

Desde o último terço do século XX, porém, a Geografia é, dentre as ciências que tem a sociedade como foco de análise, a que menos avançou na formulação de contribuições de cunho metodológico para a abordagem comparativa. Neste período, coube aos estudiosos da Antropologia, da Ciência Política, da Sociologia e da História o engajamento mais significativo nos debates acerca da aplicação do método comparativo.

O panorama acima evidenciado denota o quanto é fundamental compreender as significativas contribuições dadas pelas Ciências Sociais acerca do aprimoramento metodológico na abordagem comparativa, visando, assim, refinar o diálogo interdisciplinar entre estes diversos campos do conhecimento que debatem a sociedade.

Desse modo, tomando por empréstimo aqueles aspectos relevantes da construção de propostas metodológicas de caráter comparativo nas Ciências Sociais e acrescentando-lhes o olhar próprio da Geografia, é possível gerar novas formas de pensar o método comparativo como um instrumento de análise desta última ciência na contemporaneidade.

Como já é amplamente evidenciada, a constituição do chamado meio técnico-científico-informacional se dá através da deflagração de um embate entre uma ordem global, tendente à homogeneização, e uma ordem local, que molda a diferença dos/nos espaços. Assim, a necessidade de compreender a relação entre a produção de espaços da semelhança, resultantes das lógicas globalmente constituídas, e de espaços da diferença, advindos da resistência dos lugares em manter as características que os singularizam, permite afirmar, enfim, que o método comparativo pode jogar um papel fundamental nos estudos geográficos.

Referências

- ACKERMAN, Edward A. Investigación regional: conceptos y técnicas. In: RANDLE, P. H. (dir.). **Teoría de la Geografía**. Primera parte. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Estudios Geográficos, 1976. p. 221-236.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2004.
- BLOCH, Marc. **Mélanges historiques**. Tome 1. Paris: Serge Fleury, 1983.
- BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da Nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 71-101.
- CLOZIER, René. **História da Geografia**. Sintra: Publicações Europa-América, 1972.
- COMMERÇON, Nicole ; COMMERÇON, Jean Claude. Une méthode de comparaison à l'usage des géographes: l'analyse factorielle des correspondances. **Revue de Géographie de Lyon**, Lyon, v. 53, n. 2, p. 139-156, dez-1978.
- GETIS, Arthur; GRIFFITH, Daniel A. Comparative spatial filtering in regression analysis. **Geographical analysis**, Columbus, v. 34, n. 2, p. 130-140, abr-2002.
- GIL, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GROSSER, Alfred. **Politik erklären**. Unter welchen Voraussetzungen? Mit welchen Mitteln? Zu welchen Ergebnissen? München: Hanser, 1973.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HOPKIN, Jonathan. Comparative methods. In: MARSH, David; STOKER, Gerry (ed.). **Theory and method in Political Science**. New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 249-267.

LA BLACHE, Paul Vidal de. O princípio da Geografia Geral. **GEOgraphia**, Niterói, ano 3, n. 6, p. 93-100, dez-2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, 2007.

MEHEDINTI, S. La géographie comparée d'après Ritter et Peschel. **Annales de Géographie**, Paris, v. 10, n. 49, p. 1-9, 1901.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Geografia**. Pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 41-58, jun-1999.

_____. **Pensar e ser em Geografia**. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

RECLUS, Elisée. **Da ação humana na Geografia Física/Geografia Comparada no espaço e no tempo**. São Paulo: Imaginário, 2010.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, Giovanni; MOLINO, Leonardo (ed). **La comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza, 1994. p. 29-50.

SCHAEFER, Fred K. **Excepcionalismo en Geografía**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1988.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Comentário sobre a utilização do método comparativo na análise regional. **Ensaio da FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 265-271, abr-1991.

Recebido em: 23/12/2011

Aceito em: 27/03/2012

